

Culturas na dinâmica da economia simbólica:
Um estudo sobre a Fazenda Machadinha em Quissamã (RJ)¹

Edson Farias²

Resumo: O objetivo central deste trabalho é discutir os efeitos e repercussões da categoria de produtor cultural e da noção de bens simbólicos entre grupos e espaços sócio-geográficos assistidos por políticas de resgate de cidadania e afirmação identitária a partir do implemento de projetos que procuram aliar desenvolvimento auto-sustentado com o resgate de tradições culturais. Os *corpus* da pesquisa serão recolhidos em duas frentes, são elas respectivamente: a) a localidade da Fazenda Machadinha, no município de Quissamã situado no norte do Estado do Rio de Janeiro; b) o Ministério da Cultura, especialmente o setor de patrimônio histórico e cultural, em Brasília.

Palavras-chave: Produtor cultural, Fazenda Machadinha, economia simbólica.

Cultures in the dynamics of the symbolic economy: A study on the Machadinha Farm in Quissamã (RJ)

Abstract: The central objective of this work is to argue the effect and repercussions of the category of cultural producer and the notion of symbolic goods between groups and partner-geographic spaces attended by politics of rescue of citizenship and identitária affirmation I implement from it of projects that they look to unite development auto-supported with the rescue of cultural traditions. The *corpus* of the research will be collected in two fronts, are they respectively: a) the locality of the Machadinha Farm, in the city of situated Quissamã in the north of the State of Rio de Janeiro; b) the Ministry of the Culture, especially the sector of cultural and historical patrimony, in Brasilia.

Key-words: Cultural producer, Machadinha Farm, symbolic economy.

¹ Trabalho apresentado no GT – O Mesmo e o Diverso, durante a 26ª. Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 01 e 04 de junho de 2008, Porto Seguro, Bahia, Brasil.

² Prof. Sociologia - UnB; pesquisador do Laboratório de Pesquisa Social em Trabalho, Afeto e Cultura e do grupo Cultura, Memória e Desenvolvimento. Email: nilos@uol.com.br

Introdução

Nossa finalidade aqui não é etnográfica. Isto, nada medida em que os dados empíricos arrolados dizem respeito a elementos ilustrativos à reflexão que nos interessa conduzir sobre mudanças relativas ao tipo atual de entrosamento entre os subsistemas cultural e econômico. Considerando o número de páginas definido como critério à elaboração deste texto, portanto, nós optamos por priorizar a discussão teórica envolvendo o problema mais geral do nosso estudo *As Culturas Populares nos Fluxos da Economia Simbólica*³. Nele, focalizamos sua problemática específica sobre a ressignificação de memórias referidas ao sistema de práticas lúdico-artísticas populares. Conseqüentemente, a ênfase não cairá nos achados empírico-analíticos suscitados nas pesquisas de campo realizadas na região de Quissamã (RJ) e no âmbito estatal governamental, compreendo órgãos do Ministério da Cultura, à maneira do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), além da Fundação Palmares, da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPPIR), além do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Sobretudo porque ainda não se conclui a extensão da pesquisa de campo. A intenção, aqui, é somente delinear o cenário teórico-analítico em que se vem realizando tal mapeamento, a partir do conteúdo temático abordado. Nesse sentido, a exposição percorre os dois seguintes momentos: 1) comenta a confluência entre a repercussão das noções de cultura e de diversidade cultural na importância adquirida pela categoria de identidade nas pautas político e acadêmica; 2) esboça uma interpretação sobre as alterações na recepção e uso da categoria de produtor cultural frente ao tema da coordenação e governança das relações sociais contemporâneas, isto no tocante ao contexto histórico da globalidade.

* * *

Cada vez mais são evidentes as correlações das formas tecnológicas de vida (plugadas às dinâmicas dos sistemas sociotécnicos) com a centralidade adquirida planeta afora pela questão da cultura e da diversidade cultural nas pautas acadêmicas e políticas de diversas ordens, nas últimas décadas. Já há inclusive autores sustentando os fatores geoculturais situados no mesmo patamar de importância dos geopolíticos nas discussões sobre estratégias político-militares (HUNTINGTON, 1997, pp. 11-12).

³ Este projeto é parte Programa de Pesquisa *Culturas Populares nas Redes e Fluxos da Sociedade de Consumidores* do laboratório de pesquisa social em Trabalho, Afeto e Cultura e do grupo Cultura, Memória e Desenvolvimento/UnB. A pesquisa conta com recursos do Decanato de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade de Brasília, por intermédio do Edital Boas-Vindas.

Outros perseveraram o quanto a cultura “importa” ao se referir ao deslanche de projetos de desenvolvimento e combate à miséria (LAWRENCE, 2002).

Tais assertivas parecem obter respaldo em situações nas quais, ao se tornar objeto de saberes e poderes constituídos e, logo, núcleos de problemas alcançando parcelas majoritárias da espécie humana, redes de agentes decisores e agências (YUDICE, 2004, pp.30) institucionais inserem o tema cultural entre as diretrizes do comando e da governança planetária contemporânea. Por exemplo, 154 países se reuniram durante a Conferência Geral da Unesco, em 2004. Do evento saiu a *Convenção da Diversidade das Expressões Culturais*, a qual obteve a assinatura de todos os participantes, à exceção de Israel e dos Estados Unidos. A recusa dos representantes deste último país se explica diante da bandeira levantada contra a hegemonia da indústria do entretenimento, nitidamente estadunidense; a decisão majoritária estava a favor do que seriam as múltiplas e diversas expressões culturais dos povos do mundo. Reafirmava-se, então, a concepção que desde a década de 1980 avança perseverando os direitos culturais como parte dos direitos humanos e, desde aí, componente elementar às estratégias de desenvolvimento⁴. Invocando a liberdade individual e o respeito à singularidade dos povos, a convenção celebra sobre uma base universalista, o relativismo. Com isto, a cultura e a diversidade cultural são incensadas como fatores primordiais na luta contra a opressão em nome da democracia, mas com vista ao desmonte de hierarquias fundadas nas disparidades sócio-econômicas entre as sociedades-Estados no jogo de xadrez das relações internacionais e do mercado cultural, o qual movimentaria 7,0% do PIB mundial, segundo o Banco Mundial. Condições assimétricas e unilaterais de comércio que se manifestam na pressão exercida pelo domínio tecnológico e financeiro exercido pelo elo das associações empresariais com seus respectivos governos nacionais: ambos atuariam no sentido de tornar seus bens simbólicos difundidos e consumidos por outros povos em detrimento da produção nativa. Arenas como as reuniões do GATT (Acordo Geral das Tarifas e Comércio) e da OMC (Organização Mundial do Comércio) descortinam as disputas político-econômicas pela conquista e manutenção das rédeas dessas trocas. Não é demais lembrar que um pouco depois da Conferência da Unesco se deu a reunião da UNCTAD, na qual iguais adversários travaram batalha em torno das patentes das propriedades intelectuais, de controle e distribuição dos fluxos informacionais e, sobretudo, do implanto de ordenamentos capazes de regular o trânsito de produtos audiovisuais pelo mundo (YUDICE, 2004, p. 30).

Portanto, no caudal da sua autonomização na experiência histórica da modernidade, em que a esfera cultural laica e o Estado-nação se interligaram na

⁴ Autores como Jameson (1996) falam sobre a estilização da mercadoria, asseverando a cultura como um novo modo de produção se debatendo sobre as percepções e os fazeres, os saberes e as decisões. Por outro lado, são travados debates visando elevar aos estudos da economia criativa à condição de campo temático-epistemológico próprio Miguez (2007).

montagem das comunidades imaginadas nacionais (RUBIM, 2007, pp. 139-148), cultura e diversidade cultural se impõem como uma espécie de fator transversal em planos e graus diferenciados, atravessando a política, a economia e os domínios da administração e da gestão⁵, mas também na religião, no campo jurídico e das tecnologias, das agências que definem as agendas desenvolvimentistas¹ e entre outros setores.

Mas, caso percorrêssemos um número elevado de formulações acerca de cultura e da diversidade cultural, será notável a vinculação das últimas com o tema da identidade. A título de contextualizar esse enunciado, recorreremos ao que propõem alguns intérpretes ocupados do tema.

Atenta aos lances que ora redefinem e re-posicionam as culturas populares no universo urbano-metropolitano brasileiro, onde se cruzariam a lógica das mídias e a proliferação de novas estratégias de afirmação identitárias, Liv Sovik encontra as bases sócio-políticas da ascensão do tema da identidade no mundo que sucede o final da II Guerra Mundial, sobretudo, no processo de descolonização das antigas colônias européias tanto na África quanto na Ásia. Lembra ser aquela a atmosfera histórica da Guerra Fria e do movimento dos países subdesenvolvidos não-alinhados contra a dependência e o imperialismo. Assim, estando inscrita no escopo dos diferentes projetos de desenvolvimento nacional, em obediência às formulações funcionalista, a cultura fora disposta como ferramenta cuja tarefa seria integrar os contingentes heterogêneos populacionais aos esforços sócio-econômicos de arrancada na direção da soberania política e da prosperidade alicerçada na expansão da base produtiva industrial (SOVIK, 2007, pp. 206-208).

A autora nos diz que, no rastro do fracasso desses projetos, os movimentos culturais arrolados desde os anos de 1960 se redefiniram pela tônica fragmentária e heterogênea – mulheres, homossexuais, ecologia, minorias étnico-raciais, etc. No plano teórico, em detrimento do modelo funcionalista e instrumentalista, ganharia vulto a perspectiva dos estudos culturais abarcando no fato e fluxos culturais, principalmente nas identidades, a sincronia entre forças simbólicas, econômicas e políticas. Desde esse momento, a visibilidade e o reconhecimento das identidades contracenam em simetria com as lutas por redistribuição de recursos favoráveis a um desenvolvimento social justo (SOVIK, 2007, pp. 211-213). Ressalta a autora, da perspectiva por ela defendida, a componente de recurso na qualificação da cultura como também a disposição performativa do agente para obter efeitos pelos usos de tais bens culturais.

Perseguindo os traços do que seria próprio ao viver em tempos de globalização, o sociólogo Ulrich Beck sublinha, justamente, que o dado peculiar à experiência das pessoas na sociedade global e pós-nacional seria o gesto experimental e reflexivo

⁵ Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável. Quissamã (RJ). Relatório de Pré-diagnóstico, agosto, 2005.

empolgado pelo permanente descarte das classificações e fórmulas. Deste modo, mediante o acesso a informações, aos diálogos, às negociações, aos compromissos contraditórios e às reflexões sociais, estaria na individualização o fator básico da integração social nestas condições e a identidade surgiria “pela interseção e pela combinação e, assim, pelo conflito com outras identidades” (BECK, 2004, p. 242). O cenário multinacional e transnacional demarcaria um terreno a invenções e riscos para uma vida a ser experienciada no cruzamento conflituoso e híbrido entre culturas, resignificando tradições e recompondo comunidades de sentido; senso de pertencimentos e horizontes hermenêuticos inventados ao sabor das circunstâncias e dos gostos das individualidades habilitadas a “pensar por si mesma e viver pelos outros” (BECK, 2004, p. 245).

Movido pelo debate sobre fórmulas de coordenação e integração, de inclusão e exclusão no mesmo mundo emblematizado pela transnacionalidade, o antropólogo Gustavo Lins Ribeiro concebe a fragmentação das identidades como contrapartida da intensificação das “mudanças de contextos de encontros sociais e comunicativos e uma múltipla exposição a agências socializadoras e normatizadoras, elas mesmas também viajando num fluxo acelerado de mudanças.” Sintéticas, as identidades seriam uma miríade de “múltiplas alteridades” resultante de inúmeros contextos interativos regulados majoritariamente por instituições (RIBEIRO, 2000, p. 42)

Da mesma maneira, Zigmunt Bauman deriva a ênfase contemporânea na questão da identidade da proliferação e exposição das pessoas a comunidades de “segunda categoria”, ou seja, eleitas e inventadas pelos indivíduos informados por idéias tão dispare, sendo estas manifestação do mundo diverso e policultural em que vivemos:

“É porque existem tantas idéias e princípios em torno dos quais se desenvolvem essas “comunidades de indivíduos que acreditam” que é preciso comparar, fazer escolhas, fazê-las repetidamente, reconsiderar escolhas já feitas em outras ocasiões, tentar conciliar demandas contraditórias e freqüentemente incompatíveis. (...). Tornamo-nos conscientes de que o “pertencimento” e a “identidade” não têm a solidez de uma rocha, não são garantidos para toda a vida, são bastante negociáveis e revogáveis, e de que as decisões que o próprio indivíduo toma, os caminhos que percorre, a maneira como age – e a determinação de se manter firme a tudo isso – são fatores cruciais tanto para o “pertencimento” quanto para a “identidade”. Em outras palavras, a idéia de “ter uma identidade” não vai ocorrer às pessoas enquanto o “pertencimento” continuar sendo o seu destino, uma condição sem alternativa. Só começarão a ter essa idéia na forma de uma tarefa a ser realizada, e realizada vezes e vezes, e não de uma só tacada.” (BAUMAN, 2005, pp. 17-18)

O exercício sociológico do autor se dirige aos aspectos estruturais que levam a essa “descoberta” das identidades – entre esses, o desmonte do *Welfare States* na contramão da cumplicidade do capitalismo global com a modernidade líquida. No entanto, a percepção de Bauman nos remete, igualmente, à disposição mesma em flexibilizar nossos marcos de identificação, ao tomarmos a identidade como algo inventado, discursivamente fabricado. Ora, uma pergunta cabível diz respeito às ferramentas teórico-discursivas e interpretativas que nos permitem tal manufatura, flexibilização e desmonte das identidades. Nesse sentido, parece-nos sugestiva a proposta de (EAGLETON, 2005, p. 28) de vasculhar o mundo contemporâneo, principalmente perscrutando nele os discursos pós-modernistas e os estudos culturais. Ávidos em praticar a vocação ao desmantelo das grandes narrativas universalistas da modernidade triunfante, indo na contramão por enfatizar verdades regionais e mesmo marginais, como as das feministas, dos homossexuais, das etnias pós-coloniais, tais discursivos contribuíram no fermentar de outras moralidades e modos de fazer política, mas umas e outros conjugaram política, cultura e estética.

No rastro do argumento de Eagleton, o propósito nesta comunicação é observar como se estabelece nexos de sentidos entre a lógica dos discursos comprometidos com a visão de mundo particularista e a montagem de esquemas institucionais em redes globais. O argumento arrolado é que tal nexos informa os usos de agentes e agências envolvidos na re-paginação da condição humana, o que se realiza mediante o recurso às idéias de cultura e de diversidade cultural. Sendo estas fórmulas de categorização das práticas sintonizadas ao modo tanto de coordenação quanto de governança contemporâneo, o qual é definido em sua característica de conjugação de redes institucionais e fluxos de interações sócio-humanas e conectividades técnico-informacionais. Deste modo, o problema que move esta proposta diz respeito ao engate contemporâneo entre as lógicas desenvolvimentistas e culturalista da modernidade à luz da economia simbólica (FARIAS, 2007, p. 130). Ou seja, de um regime de verdade delineado por um repertório lógico-conceitual deliberando possibilidades de codificações das manifestações em suas variedades institucionais pela arquitetura normativa e trama jurídica decidindo propriedades e possibilidades de alienação e acesso de bens. E, com isto, ativando mercados e instâncias de visibilidade e transmissão legítimas de bens culturais, mas incidindo nas orientações das manifestações humanas e no relevo dado aos universos simbólicos em uma esfera pública caracterizada pela centralidade ocupada pela exposição de imagens de grupos e indivíduos.

À luz dessa problemática, aqui o objeto de conhecimento consiste em um aspecto da economia simbólica posto no cruzamento do trânsito e das apropriações da idéia de cultura e diversidade cultural entre uma rede composta por instituições internacionais como a Unesco, organizações não-governamentais, órgãos do poder

público (nacional, estadual e local) e grupos inscritos nos chamados segmentos étnico-populares. Considerando, ainda, os caminhos possíveis da interligação entre patrimônios materiais e imateriais com o mercado de entretenimento-turismo. Isto, no tocante às conexões globais em que os traços diacríticos mais marcantes da continuidade de um modo de ser e viver – logo, básicos na delimitação de uma identidade local – se tornam fundamentais para que tais patrimônios sejam reconhecidos como alvos do mercado capitalista, no qual suas agências estão empenhadas em rastrear e agregar diferenças culturais aos catálogos de atrações. Mas que também encontram respaldo nos critérios definidores de políticas públicas, sobretudo àquelas voltadas para a guarda e valorização dos patrimônios imateriais.

Na pesquisa, priorizamos um itinerário articulando a pesquisa documental com técnicas qualitativas, possíveis na combinação do mapeamento etnográfico com a observação participante visando, sobretudo, a coleta de depoimentos tanto de agentes comunitários como de técnicos vinculados a órgãos estatais de cultura quanto a organizações não-governamentais. Optamos por obter os *corpus* da pesquisa em duas frentes. A primeira, no município de Quissamã, o qual está situado no litoral norte do Estado do Rio de Janeiro, abrangendo uma área de 724, 3 Km quadrados e contando com uma população de 14 mil 984 habitantes, em 2004⁶. Antiga região colonial de produção açucareira mantida à base do trabalho escravo, principalmente a partir de 1750, atualmente abriga um conjunto amplo de população de descendência afro-brasileira. A 10 Km do centro do município, a Fazenda Machadinha é emblemática da região tanto por ser uma reminiscência do período da economia agro-exportadora escravocrata quanto por se constituir em um espaço onde estão alocados descendentes daquela mão-de-obra servil⁷.

⁶ Compradas por João Carneiro da Silva, na época contratador de diamantes da coroa portuguesa, as terras da Fazenda Machadinha passou a abrigar um engenho de cana-de-açúcar em seguida, já tendo por comandante o filho do primeiro proprietário. São ainda de sua empreita, mas já no século XIX, sucessivamente, a primeira casa de moradia e a capela. Com a morte do filho de João Carneiro, a propriedade passa ao seu sobrinho Manoel Carneiro da Silva, filho de um dos mais importantes proprietários fundiários e de escravos da região, o qual se tornou um político projeção nacional ao se tornar ministro do Império, o Visconde de Araruama. Obtendo também o título de visconde, João Carneiro se tornou o Visconde de Ururai, casando-se com a filha do Duque de Caxias e para ela construindo a casa grande, em 1867. Após a morte deste último, em 1917, sua filha Ana Francisca de Queiros Matoso assume o comando. Porém vem a morte de Ana Francisca e seus filhos decidem por vender as terras da Machadinha para o Engenho Central de Quissamã. O desfecho da saga da propriedade se dá em 1970, ano em que a casa grande é definitivamente fechada – Calvente (1987).

⁷ Os esforços de preservação e divulgação das tradições locais se estenderam com a realização do projeto “Machadinha – Venha fazer parte dessa história”, implementado pela Coordenadoria Especial de Cultura e Lazer da Prefeitura de Quissamã. Os resultados do projeto foram posteriormente reunidos em um DVD de divulgação cultural e turística.

O dado peculiar da localidade diz respeito ao fato de os prédios das antigas senzalas terem se mantido ocupados por seus antigos moradores apesar do fim da escravidão, em 1888, resistindo ainda ao declínio das atividades da usina de cana-de-açúcar ali existente, ainda que permaneçam as terras cultivadas por essa lavoura. Envoltas pelo significado da decadência, a qual seria ocupada por uma população pobre, marginalizada e pouca produtiva, mesmo resistente às alterações a favor do progresso, por anos a fio a área esteve recolhida à insignificância. Tombado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC) em 1977, o complexo composto pelas senzalas, pela casa grande e pela capela de Nossa Senhora do Patrocínio só ganhou maior atenção nos últimos anos noventa. Nesse momento a prefeitura municipal intervém e é construído um posto de saúde, uma escola de ensino fundamental, ambos somando-se ao campo de futebol. Os usuários destes serviços e equipamentos é uma população de cerca de 200 pessoas, todas nascidas ali e cujos laços de parentesco se deve aos casamentos cruzados geracionalmente realizados (MACHADO, 2005, p. 29).

A reorientação da imagem local se deu em aliança com a intervenção do poder público municipal, em 2001, ao comprar todo o complexo da Fazenda Machadinho, sob a alegação de preservar as construções e revigorar as tradições culturais. O projeto, em princípio, envolvia além da reforma das antigas senzalas, a transformação da antiga casa grande em um centro de preservação da cultura negra e ainda a construção da Casa de Artes de Machadinho, com a finalidade de comportar turistas para apresentações de danças rítmico-percussivas típicas (baile de fado, roda de jongo, o auto do boi malhadinho), peças de artesanato (principalmente, a técnica do fuxico) e iguarias da culinária local (galinha com aipim e bolo falso de aipim). Também consta a construção de uma casa de farinha onde seriam realizadas oficinas para turistas sobre a elaboração deste polvilho e do sanema (doce feito pelos escravos)⁸.

Fizemos, então, duas visitas a Quissamã⁹ com a finalidade de acompanhar como o poder público local participou e ainda hoje interfere no implemento do projeto de desenvolvimento auto-sustentado dos moradores da Fazenda Machadinho.

A princípio, o roteiro da pesquisa consistiu na identificação de órgãos e técnicos responsáveis por ambos os projetos. Em seguida, visitamos a Senzala Machadinho. Estabelecemos contatos com membros da comunidade, incluindo lideranças como outros membros anônimos. Nesta oportunidade conhecemos de perto os resultados dos projetos de promoção do desenvolvimento auto-sustentado na localidade. Atentamos prioritariamente como àqueles se articulam com os exercícios de atualização de tradições culturais. Em especial o projeto Raízes do Sabor possibilitou a

⁸ Estivemos a primeira vez em agosto de 2004 e retornamos em julho de 2006.

⁹ As idas ao IPHAN e a Fundação Palmares se deram ao longo dos meses de fevereiro a abril de 2008.

divulgação da culinária local em circuitos mais cosmopolitas, como no livro *Sabor Brasileiro*, o primeiro dedicado ao turismo gastronômico no país. Voltamos-nos, igualmente, para os eventos e manifestações em que prevalece justamente a intercessão da cultura local e dos objetivos desenvolvimentistas. Vimos a atuação conjunta do poder público, do Serviço Social do Comércio (SESC) e da ONG Brasil Mestiço, a qual inseriu a Fazenda Machadinho no projeto Tempo Livre, direcionado ao implemento de práticas culturais aptas a viabilizem a auto-sustentabilidade local. Acompanhamos como a assistência dos técnicos do SESC, por exemplo, se volta a transmissão de saberes relativos à realização de show tendo por conteúdo as tradições lúdico-coreográficas e musicais afro-brasileiras.

Já a outra frente, a do Ministério da Cultura, por nos interessar o trâmite à concessão da certidão de auto-reconhecimento à comunidade de Machadinho como remanescente quilombola, em 2004, a pesquisa se concentrado, especialmente, no Instituto Patrimônio Histórico e Cultural (IPHAN), na Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), na Fundação Cultural Palmares e no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, órgãos governamentais da união federal, em Brasília¹⁰. O intuito foi observar as linhas gerais dos projetos de apoio e intervenção a favor da preservação de patrimônios culturais definidos pela rubrica étnica e, logo, inseridos em reivindicações e lutas pelo resgate e afirmação de identidades marginalizadas. Deu-se especial atenção aos princípios teórico-doutrinários norteadores das propostas. Por outro lado, verificamos os meios que asseguraram a execução dos projetos, além das fontes de financiamento. Na ocasião, observou-se em que consiste a organização institucional no tocante à distribuição de funções e cargos, atentando principalmente à composição do quadro funcional em termos de áreas de formação. O procedimento adotado tanto consistiu ainda na realização de entrevistas não-estruturadas com os técnicos do ministério. Eles foram escolhidos por serem os responsáveis diretos na elaboração de projetos dessa natureza, além de atuarem na gestão e no acompanhamento dos programas de resgate e, também, na avaliação da aplicação dos financiamentos.

Ao entreter ambos os planos analíticos o que nos interessou foi, exatamente, o ajuste entre as prerrogativas de agências inseridas na divisão técnica e administrativa das funções notabilizadas pela classificação e guarda de bens culturais e os interesses e percepções das “comunidades”. Notamos que algo assim se tornou possível no momento no qual a re-configuração da auto-imagem pessoal e do grupo a que pertencem alguns agentes se dá sob a justificativa de que a mobilização de recursos arquitetônicos, naturais e lúdico-artísticos é reconhecida como alavanca crucial ao desenvolvimento pessoal e comunitário. Nesta direção, uma das conclusões ainda preliminares da pesquisa é sobre a sincronia desses planos entretidos pela ênfase

¹⁰ Fonte: Unesco and The Issue of Cultural Diversity. Review and Strategy – 1946 – 2000.

eticista posta na figura atual da comunidade da Fazenda Machadinha. A nosso ver, o destaque dado à reinvenção de tradições por parte da “comunidade” obtém efetividade no recurso a um desenho espacial em que os objetos da estima coletiva se tornam núcleos de exposição da singularidade local e esta figura como fator de afirmação identitária, mas igualmente se atualiza enquanto atrativo de públicos externos e anônimos.

* * *

No seu percurso, até agora, a pesquisa já nos evidenciou algo de laboratorial na experiência de Quissamã. Claro, no que toca ao estudo dos efeitos e repercussões dos usos da categoria de produtor cultural e da noção de bens simbólicos entre grupos e espaços sócio-geográficos assistidos por políticas de resgate de cidadania e de afirmação identitária. Considerando, para isso, o implemento de projetos que procuram aliar desenvolvimento auto-sustentado com o resgate de memória culinárias, artesanais e lúdico-musicais e coreográficas de tradições culturais étnico-populares afro-brasileiras. Deste resultado da observação empírica derivaram duas questões com implicações teóricas e analíticas. Uma se refere à re-qualificação estética de determinadas práticas, ao serem conceituadas pelo adjetivo da imaterialidade patrimonial. Colocamo-nos diante, portanto, do tema da produção de subjetividade e da objetivação das intenções humanas no bojo daquelas interdependências sócio-funcionais de cuja tendência se mostra inclinada a tonificar as percepções e as expressões como objetos de prazer. Neste compasso, a outra corresponde ao nexos dessas práticas re-qualificadas com o que seria próprio à atual regulação do capitalismo, isto é, a dinâmica flexível de base técnico-informacional. Tendemos a crer estar, na interação de ambos, algumas pistas decisivas à compreensão de atuais possibilidades de demarcação do mesmo e do diverso por apontar aos mecanismos de coordenação e governança das relações sociais contemporâneas.

Relações estas que, em certa medida, são conseqüências não previstas da sintonia, sobretudo após a II Guerra Mundial, entre o industrialismo de grande escala e da expansão do Estado de Bem-Estar social dotado da sua máquina burocrática previdenciária, o que autores denominam por “economia leve” interferiu tanto fermentando as componentes destrutivas quanto as construtivas do capitalismo. Isto, ao se considerar o vínculo entre aplicação do conhecimento como meio de produção e implemento dos ramos constitutivos do setor de serviços. A característica imaterial desta dinâmica se desenrola, então, no bojo de uma complexa divisão de funções em que saber e mercadoria, quando sintetizados em unidades numéricas de informação passíveis de serem veiculadas em suportes digitais, compõem tanto um insumo como ativo precioso na rentabilidade contemporânea do capital. Destaca-se sempre mais o

comando exercido analistas simbólicos hábeis na manipulação de informações. Ao mesmo tempo, a qualidade imaterial corresponde à importância adquirida pela imagem nas trocas mercantis; nestas, os produtos são classificados em razão dos segmentos de consumo e, na contrapartida, ganham relevo pelos efeitos das imagens na afetividade do consumidor (GIDDENS; HUTTON, 2004, p. 42). Logo, sobressai na compreensão da economia informacional o tipo de rentabilidade definido pela flexibilidade em compor com as diversidades bióticas e mesmo sensorio-motoras, no escopo da qual se dar a difusão de estratégias e táticas de inserção e diferenciação. Sob inspiração foucaultiana, autores como Michael Hardt e Antônio Negri enxergam em tal confluência a natureza biopolítica do trabalho imaterial, o qual se enraizaria na condução dos planos macro e micro-políticos: “A produção imaterial, em contrapartida, inclusive a produção de idéias, imagens, conhecimentos, comunicação, cooperação e relações afetivas, tende a criar não os meios da vida social, mas a própria vida social” (HARDT, 2005, p. 194).

Para oferecer traços mais nítidos da economia informacional recorreremos ao modelo desenvolvido por Manuel Castells, a quem coube até agora o esforço maior decompor e sintetizar conceitualmente o arranjo de aspectos que comporiam esse regime. A seu ver, a economia informacional assinala uma nova etapa do capitalismo e ostenta as três principais seguintes características. A geração e o processamento de informações comandam tanto a produtividade quanto a competitividade. Empresas e territórios estão organizados em redes de produção, administração e distribuição. Finalmente, as atividades econômicas fundamentais são dispostas em escala global, pois apresentam a capacidade de compor unidades devido ao fato de operarem *on line*. A velocidade e complexidade proviriam, justamente – anota o autor –, do fato de toda infra-estrutura desta economia se realizar na aliança entre microeletrônica, telecomunicações e programas de computador dirigidos às redes (CASTELLS, 2004, p. 82). Ainda, para o autor, nos rastros da adoção dos requisitos neoliberais por significativas parcelas dos países ricos do Ocidente, os rumos tomados pelo ajuste entre desregulamentação dos mercados (cada vez mais interligados mundialmente), engenhosidade financeira e tecnologias de informação derivaram da combinação entre “valores reais de ações, títulos, opções e *commodities*, moedas ou, aliás, de qualquer outro lastro de qualquer valor monetário, real ou potencial.” Algo assim teria resultado em um sem precedente comércio de valores, dando-se na recombinação do valor espacialmente (cada um dos mercados) e no tempo (mercados de futuros). A expansão mundial do crédito teria se beneficiado desse comércio (CASTELLS, 2004, pp. 83-84).

Em que medida, poderíamos encontrar afinidades eletivas entre tal tendência contemporânea da economia-mundo capitalista com o avanço de realidades como a da Fazenda Machadinho? A nosso ver, a relevância concedida ao tema do patrimônio imaterial nas discussões desenvolvimentistas atuais compreende um dos pontos de contato decisivo entre as duas situações. Façamos um sumário apanhado da questão.

Propagam-se, desde a década de 1980, discursos realçando a diretiva de que, como argamassas dos povos, os respectivos modos de vida deveriam ser inseridos como face do universo da economia imaterial. E, ao mesmo tempo, aqueles são ressaltados por instituições internacionais – à maneira da ONU – enquanto saídas para os desequilíbrios sócio-econômicos provocados pelo viés economicistas do desenvolvimento (SEN, 2003, pp. 143-172). Deste modo, na contramão dos discursos de matriz iluminista taxativos nos momentos em que semantizavam a tradição por entrave e adversária do progresso técnico-científico, à modernização (DUPAS, 2006, pp. 03-41), a diversidade cultural galgou o *status* de fator agregador de valor aos bens e serviços elaborados e oferecidos por determinada comunidade. Algo assim revela o movimento de internalização do conceito antropológico de cultura em distintos nichos sócio-simbólicos. Contando com a atuação de antropólogos e historiadores, sobretudo, a disseminação ocorreu por intermédio do trabalho pedagógico levado a cabo principalmente por organizações não-governamentais obedientes à trajetória de debates que avançou da academia para instituições como a Unesco¹¹. E desaguou na centralidade doutrinária obtida pelas idéias de diferença e identidade cultural junto aos governos de vários Estados nacionais nos rastros do desafio político e epistemológico à hegemonia eurocêntrica e mesmo ocidental no embalo de perspectivas pós-modernistas, pós-colonialistas e mesmo dos estudos subalternos (MIGNOLO, 2003), o que lhes deu respaldo ao adotá-las em suas políticas públicas de cunho focal voltadas para projetos sociais de resgate da cidadania entre populações carentes¹² e, ao mesmo tempo, de defesa da sua diversidade cultural e biótica enquanto ferramenta de inserção diferenciada e soberana no ambiente concorrencial da globalidade (PITOMBO, 2007, pp. 129-133).

São muitos os documentos a respeito da montagem de uma agenda articulando cultura e desenvolvimento sob a perspectiva da tônica depositada nas idéias de diversidade e identidade culturais, entre os quais consta a “Recomendação da Década Mundial do Desenvolvimento Cultural”, elaborada a partir da Conferência da Unesco no México, em 1982. Neste documento, cultura é definida como o “conjunto de características espirituais e materiais, intelectuais e emocionais que definem um grupo social (...) engloba modos de vida, os direitos fundamentais da pessoa, sistemas de valores, tradições e crenças (...)”. Por sua vez, desenvolvimento vem a ser “um processo complexo, holístico e multidimensional, que vai além do crescimento econômico e integra todas as energias da comunidade (...) deve estar fundada no

¹¹ Bem exemplar, a fala do atual ministro da cultura do Brasil, Gilberto Gil, durante a cerimônia de premiação da Ordem do Mérito, em 2004, sintetiza tal ponto de vista: “(...) Há uma diversidade e uma intensidade, que são a diversidade e a intensidade da própria cultura brasileira. (...), tão evidente quanto a riqueza da cultura brasileira é o seu potencial não-realizado e a incompreensão de seu papel estratégico. Potencial de renda, de emprego, de qualificação das relações sociais, de auto-estima, de soberania, de crescimento individual social, de cidadania, de sensibilidade e de prazer.”

desejo de cada sociedade de expressar sua profunda identidade (...)” (WERTHEIN, 2003, pp. 13-14). Ora, o ponto de amarra entre os dois estaria, no documento, no reconhecimento de serem ambos uma “energia criadora e desejo de expressar a identidade”. No caudal desta conciliação toda a dimensão abarcando os modos de ser, agir e pensar dos diferentes povos adquiriu relevo na condição de patrimônios imateriais.

Como argumento em outra oportunidade (FARIAS, 2008, pp. 08-09) a celebração nas políticas públicas dos bens inscritos no patrimônio imaterial compõe uma dinâmica histórica mais abrangente, a da economia simbólica, na qual as expressões culturais são alçadas ao núcleo da interseção entre os subsistemas econômico e cultural. Por ora nos interessa sublinhar de que maneira os discursos sobre a identidade e diversidade cultural têm participação efetiva no desenrolar desta dinâmica quando disposta no seio de populações subalternas, em sua maioria, etnicamente identificadas. Minha proposta é de que, ao se combinarem as concepções antropológicas de cultura e a propagação da categoria de produtor cultural, mediante o canal das organizações não-governamentais, pavimenta-se um dos caminhos ao ingresso das localidades nas teias da coordenação social global.

Obra em grande medida da repercussão política e acadêmica conquistada disciplina antropológica nos dois países anglo-saxões que se sucederam na hegemonia do sistema mundial (Inglaterra e Estados Unidos) (KUPPER, 2002, pp. 218-289), entendo que disseminação do conceito antropológico de cultural pelo universo das populações subalternas se fez à luz de dois eixos teórico-doutrinários. De um lado, a maneira como o Malinowski retoma a idéia de instituição para obter a imagem de uma totalidade multidimensional – a cultura. Para ela concorrendo os planos político, econômico, jurídico, instrumental e cognitivo, religioso, entre outros. Igualmente envolvendo os aspectos do parentesco, cosmológicos, da cultura material e da organização social. Assim, no texto dos *Argonautas*, o autor polonês elege o ritual trombriandes do *Kula* para, na observação das correlações possíveis naquele arranjo sócio-cultural, expor quais os fatores de integração e coerência sobressaiam a partir da descrição etnográfica, deixando ver a totalidade integrada ali em questão. Ou seja, a regularidade institucional emergiria das relações interpessoais concretas e nas coisas e objetos que delas co-participavam em suas tantas dimensões experienciais sintetizadas nos costumes, aquelas quais são vivificadas pelas pessoas entregues inopinadamente à realização dos seus próprios interesses ao sabor dos ditames da sobrevivência e das suas aspirações e afetos (MALINOWSKI, 1976, p. 71). Por outro lado, alterou-se consideravelmente o entendimento sócio-antropológico sobre a cultura. Como nota Einsesadt, a perspectiva funcionalista que privilegia normas e valores na definição da cultura é substituída pela angulação afável a apreender a cultura como um conjunto de símbolos expressivos de um *ethos*, nos rastros de contribuições como as de Victor Turner e David Scheneider e, em certa medida, os interacionistas simbólicos. Ressalta-se cada vez mais a natureza negociada da cultura. Mas não são contraditórios entre si

os modos de encarar os vetores de referência nas negociações (EISENSTADT, 1992, pp. 64-87). Antropólogos como Geertz, à medida que se distanciam do imperativo estruturalista, no que este encerra a cultura como regras correlacionadas coagindo atitudes individuais em situações particulares, dão relevo à idéia de cultura como um conhecimento tácito do mundo; conhecimento, porém, apenas semi-elaborado, como um esquema constituído por uma trama de significados a partir do qual, mediante negociações por parte dos agentes, alcançam-se formas satisfatórias de atuação em precisos contextos (GEERTZ, pp. 11-141).

Se, nas disputas internas ao mundo acadêmico, uma e outra vertente sobre a cultura são dispostas como adversárias, em se tratando da trama institucional que as transporta para os cenários onde se desenrolam a vida das populações subalternas mundo afora, não se verifica necessariamente igual polarização. Ao contrário, ambas podem e tendem a compor um mesmo corpo teórico-doutrinário. Assim, a vertente funcionalista fornece os insumos à aceção da “comunidade patrimônio”. Afinal seria esta o bem a ser defendido e enaltecido, já que se trataria de uma totalidade orgânica, integrada devido à coerência estabelecida entre formas e funções no escopo do entrosamento institucional imanente à solda de todas as partes pela mesma arquitetura normativa, classificatória e ideacional. Arquitetura esta manifesta no recurso ao mito de origem, isto é, na origem ancestral da identidade local-coletiva cujo fundamento é o passado exemplar a ser resgatado e recriado nos hábitos e costumes no ritmo diário. Justamente a complementaridade com a visão hermenêutica de cultura se dar no instante em que importam as performances e as negociações dos agentes movidos pelo empenho em darem e manterem a vigência dos valores que informam a tradição comunitária. Para isto todo exercício de ritualização é acionado em sintonia com a atitude reflexiva de monitorar as condições ambientes para re-acomodar o tradicional em meio aos desafios e critérios do presente.

Á luz desta nova situação em que o moderno se torna meio para reconstruir o passado, Lifschitz e Silva se referem à “modernidade retroativa” como um novo arranjo cultural e econômico que, na contramão da concepção que teria prevalecido em toda fase triunfante da modernidade, inclina-se um “renascimento periférico”, no qual os vetores modernos e comunitários tenderiam a convergir. Para os autores, seriam ilustrativas dessa configuração os “resgates dos povos originários, da cultura e do território indígenas, as reconstruções dos saberes e territórios quilombolas, o redescobrimento do afro-latino-americano, o redescobrimento de comunidades tradicionais, de mateiros e pescadores.” (LIFSCHITZ; SILVA, 2007, p. 02).

Anota Georg Yudice que as organizações não-governamentais e fundações internacionais, ao lado de órgãos translateriais, desempenharam importante papel em tal canalização da cultura subalterna como recurso de afirmação e reconhecimento identitário, além de obtenção de meios econômicos (YUDICE, *Op.cit.*). O que, de um modo geral, permanece elíptico é o momento antecedente no qual a cultura se

internaliza como uma categoria nativa, um *a priori* nos esquemas de pensamento e no senso prático dessas populações e dos seus grupos. A meu ver, o desempenho das ONGs se faz cruciais para tal formatação categorial dos sentidos do mundo, logo essas entidades cumprem papel básico no acionamento da atitude reflexiva pela qual é potencializada a memória como mecanismo de reposição da tradição enquanto um fator que atende a demandas de facções várias da contemporânea estrutura urbano-industrial e de serviços. Demandas de nostalgia utópica de um tempo pretérito ontológico seguro e denunciador das incertezas do presente quanto de experiências fenomenologicamente corpóreas puras, ou seja, não contaminadas pelos ditames racionais e civilizatórios da cultura intelectual (FARIAS, 2008).

A idéia mesma de comunidade é re-apropriada junto aos estudos sócio-antropológicos e introduzida pelo discurso das ONGs no trato com os intensos remanejamentos urbanos experimentados por muitas entre as sociedades nacionais, sobretudo nos países de industrialização recente. De acordo com Rizek e Barros, aí a deflagração das crises de moradia provocadas pelos déficits habitacionais entre os segmentos mais pobres, numa fase de transição demográfica das áreas rurais para as urbanas, em muito contribuiu à expansão de novas periferias nas grandes e mesmo nas médias cidades. Deu-se, com isto, a emergência de novos conteúdos utópicos na contrapartida da “formação de uma nova cultura, ao mesmo tempo popular, artesanal, solidária e científica, industrial e de massas, na reinvenção dos sujeitos, sociedade e espaços, natureza e cidades”. E ainda segunda as autoras, acompanhou a questão do trabalho o “grande tema da cultura e dos saberes que nela se inscrevem se agregasse à constituição desse imaginário e à sua concretização num vocabulário profissional e militante.” (RIZEK, 2006, pp. 384-385) Em acordo com a base no republicanismo francês inspirado em Rousseau, a palavra comunidade se propaga como evocação de totalidade coerente e coesão de consciência, na justa simetria das suas partes, mas remetida a um passado primordial, entre o arcaico e o originário¹².

Por outro lado, como chama atenção Maria Celeste Mira, a intervenção das ONGs será decisiva no encontro entre as camadas médias urbanas e as manifestações das culturas tradicionais. Contando com o ativismo de jovens universitários, essas entidades montam uma rede de interações estendidas atravessando os longos e complexos perímetros urbanos de metrópoles, à maneira de São Paulo, favorecendo que os saberes e agires locais, em suas respectivas especificidades, integrem um mercado de alternativas étnicas. Principalmente contando com o suporte largo composto de elites e classes médias intelectualizada, o qual consagra o “folclore” como arte. Incluído no cenário do consumo de diferenças culturais, o popular seria a apropriado por suas “possibilidades estilísticas” “seja na moda, na decoração, no

¹² Do mesmo modo, somos levados a pensar em que medida a atuação de sociólogos, urbanistas e advogados tem peso considerável na incorporação de categorias como cidadania por parte das populações subalternas.

design, na fotografia, na música, na dança, no teatro e outras formas de expressão corporal, no audiovisual, na área editorial, nas ofertas de lazer e turismo, na gastronomia, no comércio, festas e pontos de encontros na cidade.” (MIRA, 2006).

Para além desta apropriação do popular, é igualmente preciso ter mente a contrapartida – diria – interna da estilização e esta, entendo, é em muito estimulada pelas próprias ONGs, ao levarem às “comunidades” uma outra mão-de-obra especializada, constituída por artífices cujos interesses estão comprometidas tanto com os ideários estéticos quanto com o primado do construcionismo identitário: músicos, atores, recreadores, pedagogos e psicólogos¹³. Se os últimos enfatizam as características históricas e convencionais das determinações, investido de um *ethos* compartilhado desde o século XIX pelos personagens das vanguardas culturais, em que o cotidiano deveria ser re-elaborado pelo carisma poético (SONTAG, 2005, p. 19), os primeiros irão incentivar a vocação lúdico-artística inerente às populações carentes, notadamente àquelas relativas aos desempenhos musicais rítmico-percursivos e esportivos. Em grande medida, os exercícios de reflexividade na recriação de uma cultura negra será a ferramenta mobilizada no combate à discriminação sócio-racial e no resgate da cidadania por meio da afirmação identitária. Portanto, a figura do produtor cultural emergente como chave na performativa da re-colocação no presente do das memórias de um passado glorioso de cores, gestos, sons, cheiros e sentidos que informa de dignidade a estima daqueles que, a princípio, estariam fadados aos tons aberrantes do estigma ou à palidez da insignificância.

Enfim, as organizações não-governamentais avançam por diversas partes do mundo, principalmente nas últimas duas décadas, perseguindo as trilhas das mudanças nas governabilidades em meio ao deslocamento da centralidade do Estado nacional no sistema mundial, no tocante ao exercício soberano do governo dos corpos por intermédio das alianças tensas e pontuais entre as máquinas técnico-burocráticas e as redes institucionais que lidam com a capilaridade das micro-conflitualidades diárias (BENITES, 2004). Em países como o Brasil, o Terceiro Setor preencheu lacunas deixadas pelo desmonte tanto dos mecanismos cartoriais de intervenção na economia quanto do atendimento filantrópico por parte do ordenamento estatal. Isto porque o princípio da solidariedade suprimiu de alguma maneira o serviço de assistência aos maiores alvos das injustiças distributiva e, igualmente, àqueles que encontram maiores obstáculos de ascenderem aos direitos de civis. Pelo canal dessas tramas institucionais, em que os dispositivos geopolíticos do Estado nacional compõem um entre tantos fatores de

¹³ Embora escape diretamente aos nossos propósitos neste texto, sabemos haver também uma gama outra de fatores com efeitos civilizatórios sobre a produção de subjetividades e interações interpessoais implicadas ao trânsito das imagens visuais, audiovisuais e sonoras. Fatores envolvendo sistemas sócio-técnicos informacionais comunicativos com instâncias de elaboração, legitimação e visibilização cultural (sobretudo, a mídia), além da propagação dos suportes de reprodução tecnológica das expressões – Farias (2007).

regulação e coordenação das complexas relações sociais, às quais estão dispostas em conexões de planos ora demasiados próximos ora tão distantes espacialmente, as categorias de identidade e diversidade culturais se internalizam como meios de classificação e autodistinção; conceituação e reconhecimento de e entre indivíduos, grupos e práticas. São elementos de uma nova política de população afinada como instrumento da governança exercida no equilíbrio instável dos engajamentos percíveis, já que dividida entre a totalização em larga escala do ambiente da globalidade, com sua multilateralidade multicultural, e uma fragmentação técnica em razão da fremente especialização dos órgãos de elaboração, gestão e vigilância deste mesmo ambiente constituído por tamanhas multiplicidades com inclinação a se fragmentarem (MÉNY, 2007, p. 369). Governança biopolítica cuja eficácia conta a seu favor com a maximização de fatores com notáveis efeitos sobre as estimas, mobilizando e modalizando os afetos pela proliferação dos discursos autorizados que os torna objeto de saber (por intelectuais) e de intervenção (por redes institucionais, à maneira das ONGs) (HART, pp. 369-370). A atmosfera instaurada favorece a correlação entre saberes e fazeres de modos de vida expressos nos gestos de uma arte viva, corpórea popular e comunitária; cultura capaz de sensibilizar o anônimo metropolitano e fazer falar o anônimo periférico ou até rural. Apresentando-os, tornando-os de um modo ou de outro recíprocos e, logo, ordenados em torno de alguns valores, mesmo que apenas circunstancialmente comungados.

Bibliografia

- EAGLETON, Terry. *Depois da teoria: um olhar sobre os estudos culturais e o pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 28, 2005.
- ALLEZ, Eric (Org.). *Gilles Deleuze: uma vida filosófica*. São Paulo: Editora 34, pp. 369-370.
- BAUMAN, Zigmunt. *Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, pp. 17-18, 2005.
- BECK, Ulrich. Viver a própria vida num mundo em fuga. *In*: HUTTON, Will & GIDDENS, Anthony (Orgs.). *No limite da racionalidade*. Rio de Janeiro: Record, p. 242, 2004.
- BENITES, Luiz Felipe Rocha. A governamentalização do Estado contemporâneo: uma cartografia dos mecanismos estatais de controle. *Revista Sociológica*, nº 12, jul-dez, 2004.
- CALVENTE, Eurico Antônio. O acervo arquitetônico das fazendas de Quissamã. *In*: MARCHIORI, Maria Emilia Prado [et al]: Quissamã. RJ: SPHAN – Fundação Pró-Memória, 6ª Diretoria Regional, 1987.

- CASTELLS, Manuel. Tecnologia de informação e capitalismo global. *In*: HUTTON, Will & GIDDENS, Anthony (Orgs.). *No limite da racionalidade: convivendo com o capitalismo global*. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- DAVID D. ¿Pueden los subalternos planificar? Etnicidad y desarrollo en el Cauca, Colombia. *In*: Modernidad, Identidad y Desarrollo. *Instituto Colombiano de Antropología – conciencias*, p. 143-172, Santafé de Bogotá, 2003.
- DUPAS, Gilberto. *O mito do progresso*. São Paulo: Unesp, pp.20-130, 2006.
- EISENSTADT, Noam. The order-maintaining and order-transforming dimensions of culture. *In*: MÜNCH Richard and SMELSER Neil J. (Orgs.). *Theory of Culture*. Berkley, Los Angeles, Oxford: University of California Press, 64-87, 1992.
- FARIAS, Edson. A cultura popular na fisionomia da cultura popular no Brasil. *Teoria & Pesquisa*, Vol. 16, nº 01, jan/jun, p. 130, 2007.
- _____. Lugar-Paisagem e Lugar-Imagem na Economia Informacional: o espaço das lembranças da África no Rio de Janeiro. Comunicação apresentada à Mesa Redonda *Sociedade e Paisagem Urbana: o consumo na cidade e o consumo da Cidade*, durante o XIII Congresso de Sociologia, Recife, maio-junho, 2007.
- FARIAS, Edson. Expressão, dinheiro e o problema acerca da equivalência na esfera pública contemporânea. *Comunicação apresentada no IV Enecult – Salvador*, maio, pp. 08-09, 2008.
- FARIAS, Edson. A velha guarda é *pop* ou a produção da saudade? *XIII Encontro Anual do grupo de pesquisa Cultura, memória e desenvolvimento*. Brasília: UnB, dezembro de 2008.
- GIDDENS, Anthony & HUTTON, Will. Uma conversa. *In*: *No Limite da Racionalidade: convivendo com o capitalismo global*. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- GEERTZ, Clifford. *O saber local*. Petrópolis (RJ): Vozes, pp. 111-141, 2001.
- HARDT, Michael & NEGRI, Antonio. *Multidão: Guerra e democracia na era do império*. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- HART, Michael. A sociedade mundial de controle. *In*: ALLEZ, Eric (Org.). *Gilles Deleuze: uma vida filosófica*. São Paulo: Editora 34.
- HUNTINGTON, Samuel. *Choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial*. Rio de Janeiro: Objetiva, pp. 11-12, 1997.
- HUTTON, Will & GIDDENS, Anthony (Orgs.). *No Limite da Racionalidade: convivendo com o capitalismo global*. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- JAMESON, Fredric. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática, 1996.
- KUPER, Adam. *Cultural: a visão dos antropólogos*. Bauru: Edusc, 2006.

- LAWRENCE, E. Harisson. Introdução. *In*: LAWRENCE, E. Harisson e HUNTINGTON, Samuel P. (Orgs.). *A cultura importa: os valores que definem o progresso humano*. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- LIFSCHTZ, Javier Alejandro & SILVA, Juliana Barreto. Modernidades Retroativas na América Latina. *XXXI Encontro da ANPOCS*. Caxambú, 2007.
- MACHADO, Fábio da Silva. Fazenda Machadinho: memória e tradições culturais em uma comunidade de descendentes de escravos. Profissionalizante em Bens Culturais e Projetos Sociais. *Dissertação* (mestrado). PPHPBC-CPDOC, 2005.
- MALINOWSKI, Bronislaw. *Os Argonautas do Pacífico*. São Paulo: Abril Cultural. *Os Pensadores*, 1976.
- _____. *Uma teoria científica da cultura*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.
- MÉNY, Yves. Cinco (hipó) teses sobre a democracia e o futuro. *In*: GIDDENS, Anthony (Org.). *O debate global sobre a terceira via*. São Paulo: Unesp, 2007.
- MIGNOLO, Walter D. *Histórias locais / projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- MIGUEZ, Paulo. Economia criativa: uma discussão preliminar. *In*: NUSSBAUMER, Gisele Marchiori (Org.). *Teorias & políticas da cultura: visões multidisciplinares*. Salvador: Edufba, pp. 95-114, 2007.
- MIRA, Maria Celeste. Ongueiros, festeiros e simpatizantes: o circuito urbano da 'cultura popular' em São Paulo. *In*: FRÚGOLI; Heitor *et al* (Orgs.). *As Cidades e seus Agentes: Práticas e representações*. Belo Horizonte: PUC - Minas; São Paulo: Edusp, 2006.
- PITOMBO, Mariella. "Entre o universal & o heterogêneo" *In* NUSSBAUMER; Gisele Marchiori (Org.). *Teorias & Políticas da Cultura: visões multidisciplinares*. Salvador: Edufba, pp. 129-133, 2007.
- RIBEIRO, Gustavo Lins. *Cultura e política no mundo contemporâneo*. Brasília: UnB, 2000.
- RIZEK, Cibele & BARROS, Joana da Silva. Mutirões autogeridos: construindo e desconstruindo sociabilidades. *In*: FRÚGOLI Jr., Heitor; ANDRADE, Luciana Teixeira de; PEIXOTO, Fernanda Áreas (Orgs.). *As cidades e seus Agentes: práticas e representações*. Belo Horizonte: PUC-MG – USP, pp. 384-385, 2006.
- RUBIM, Antônio Canelas. Políticas culturais: entre o possível & o impossível. *In*: NUSSBAUMER, Gisele Marchiori (Org.). *Teorias & Políticas da Cultura: visões multidisciplinares*. Salvador: EDUFBA, pp. 139-148, 2007.
- SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.
- SANTOS, Boaventura Sousa & RODRIGUEZ, César. Introdução. *In*: SANTOS, Boaventura Sousa (Org.). *Produzir para Viver: os caminhos da produção não capitalista*. RJ: Civilização Brasileira, 2002.

- SONTAG, Susan. *Questão de ênfase: ensaios*. São Paulo: Cia das Letras, p. 19, 2005
- SOVIK, Liv. *Cultura & Identidade: teorias do passado e perguntas para o futuro*. **In:** NUSSBAUMER, Gisele Marchiori (Org.). *Teorias & Políticas da Cultura: visões multidisciplinares*. Salvador: Edufba, pp. 206-208, 2007.
- YUDICE, George. *A conveniência da cultura – Usos da cultura na era global*. Belo Horizonte: UFMG, 2004.
- WOORTMAM, Klaas Axel A, W. *Modernização e desenvolvimento*. *Séries Antropológicas*, nº120, pp. 03-41, 2006.
- WERTHEIN, Jorge. *Introdução*. **In:** *Políticas culturais para o desenvolvimento: uma base de dados para a cultura*. Brasília: UNESCO Brasil, pp. 13-14, 2003.